

A hidra e suas cabeças: análise de quatro representações sobre a universidade

The hydra and its heads: analysis of four representations about the university

Ricardo Cortez Lopes ¹

Resumo: A universidade, quando apreciada em uma perspectiva aprofundada, apresenta grandes modificações estruturais ao longo do tempo e de acordo com a cultura onde ela se insere. O intento desse estudo é deter-se nas representações morais de como a universidade deve ser por meio das representações sociais morais, que se fortalecem em determinados momentos históricos, mas que nunca deixam de se digladiar para dizer o que a universidade é ou deve ser. A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa documental com normativas e relatórios da UFRGS, com o objetivo de mostrar como esses paradigmas vão sendo refletidos nos diferentes documentos produzidos pela gestão. O resultado foram quatro representações morais: a escolar, a republicana o democrática e o utilitária, o que dá a ideia de que, por mais que seja uma mesma instituição, a universidade conta com tanta variabilidade interna que é possível compará-la com a Hidra, serpente mitológica que possuía múltiplas cabeças.

Palavras-chave: Universidade; Escolar; Republicana; Democrática; Utilitarista.

Abstract: The university, when appreciated in a deep perspective, presents great changes over time and according to the culture in which it is inserted. The purpose of this study is to determine whether in the moral representations of what the university should be through moral social representations, which are strengthened in historical moments but which never fail to say what the university is or should be. The research was carried out through documentary research with rules and reports from UFRGS, with the aim of showing how these paradigms are reflected in the different documents involved in management. The result was four moral representations: a school, the republican, the democratic and the utilitarian, which gives the idea that, even though it is an institution itself, the university has so much internal variability that it is possible to compare it with the Hydra, mythological snake that had multiple heads.

Keywords: University; School; Republican; Democratic; Utilitarian.

Introdução

Em uma sociedade do conhecimento, a universidade ocupa um lugar muito importante tanto como fiadora desse conhecimento como produtora dele. Pensar e repensar sua função é essencial para que ela não venha a cumprir uma atividade alheia à sua natureza, o que poderia significar não se inserir na dinâmica global da informação. No entanto, para que haja uma clarificação sobre o que é e onde deseja chegar à universidade é preciso que o debate seja reflexivo, escapando de etnocentrismos, jargões ou palavras de ordem.

O objetivo principal deste texto é de apresentar as representações sociais morais de como a universidade, como instituição, deve ser concebida por diferentes atores - o que reverbera na gestão universitária. Parte da documentação da UFRGS foi o foco empírico para determinar o quanto essas

¹ Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, UFMS. Doutor em Sociologia (UFRGS). Contato eletrônico: rshicardo@hotmail.com

percepções modulam em maior ou menor escala percepções de como a universidade deve operar. Essas concepções estão simultaneamente interagindo, e apenas vamos apontar sua origem histórica para enriquecer o debate ao mostrar os efeitos de uma delas se tornar prevalente sobre as demais em diferentes momentos. Daí a nossa analogia com a serpente Hidra, ser mitológico grego: são várias cabeças do mesmo animal e, mesmo que uma delas seja decepada, não quer dizer que o animal em si deixe de existir pois uma nova cabeça vai crescer imediatamente e substituir a anterior. Da mesma maneira são as concepções sobre a universidade: mesmo que uma delas tente calar as outras, sempre haverá atores que vão defender essas ideias e elas vão permanecer em um jogo de forças bastante intrigante para os cientistas sociais.

Assim, esse conjunto de deveres-ser promove uma aproximação entre o conceito de universidade, pois ele está implicado na definição por parte de atores e instituição. Daí a necessidade de se realizar uma breve definição do que é a universidade:

Parece claro que tal instituição é uma criação específica da civilização ocidental, nascida na Itália, na França e na Inglaterra no início do século XIII. Esse modelo, pelas vicissitudes múltiplas, perdurou até hoje (apesar da persistência, não menos duradoura, de formas de ensino superior diferentes ou alternativas) e disseminou-se mesmo por toda a Europa e, a partir do século XVI, sobretudo dos séculos XIX e XX, por todos os continentes (CHARLES; VERGER, 1996, p. 7)

Ou seja, a universidade, por si só, é uma instituição mutante ao longo do tempo, característica que abre espaço para diferentes percepções estarem efervescentes em seu interior. Assim, esse trabalho contribui também em ajudar a dar uma interpretação científica para essa mudança de acordo com a apresentação das concepções - o que desobriga o analista de precisar fazer comparações históricas mais amplas com contextos externos ao da instituição.

Quando nos referimos às “concepções”, “ideais”, estamos as considerando do ponto de vista durkheimiano: elas são deveres-ser de grupos que estão dentro da instituição e que tentam fazer prevalecer suas projeções sobre as demais, criando um tipo de integração: “Formar os indivíduos, tendo em vista a integração na sociedade, é torná-los conscientes das normas que devem orientar a conduta de cada um e do valor imanente e transcendente das coletividades que cada homem pertence ou deverá pertencer” (LUCENA, 2010, p. 303). Assim, o “ser” atual da universidade é uma herança, cabendo aos atuais membros da universidade a escolha de aceitar essa herança ou de recusá-la em prol de um “dever ser”, daí se gerando diferentes representações sociais morais. Ao longo do texto vai ficar patente que existem, no mínimo, quatro concepções: a escolar, a democrática, a republicana e a utilitária. Por um critério histórico, vamos iniciar com a concepção escolar, mas antes vamos visitar os elementos preliminares da pesquisa.

Revisão Bibliográfica, Referencial teórico e Metodologia

A metodologia desse estudo é de caráter qualitativo, focada na análise de conteúdo de textos produzidos pela instituição. Os textos foram extraídos de (a) normativas internas, (b) relatórios publicizados e (c) propagandas institucionais, selecionados de acordo com a maior facilidade de acesso, pois a ideia é investigar a disseminação das representações. A presente pesquisa, por conta de seu caráter documental e da publicidade do *corpus* analisado (não foram analisados documentos sigilosos pois o objetivo era a comunicação), não precisou passar por um comitê de ética. Esse estudo documental proposto foi parte de uma tese de doutorado que analisou a evasão e a persistência de alunos da graduação da UFRGS por meio da questão moral, de modo que a análise documental foi cotejada com a pesquisa de campo com

alunos nesta situação. A opção especificamente pela UFRGS decorreu pela questão central da evasão e persistência: ela é uma universidade federal em um grande centro urbano e que, a despeito de não estar em uma posição central possui uma longa tradição em pesquisa, como atestam os rankings nacionais de educação. Logo, esse êxito na atividade pesquisa precisa ser explicado para além da questão financeira.

Após a coleta de dados, estes foram analisados por uma das técnicas da análise de conteúdo, o da categorização *a posteriori* daquilo que emergiu do material (BARDIN, 2011). Por meio de uma leitura flutuante, de pré-análise e de análise, foi possível formular as representações sociais morais e apresentar os resultados de sua investigação neste espaço.

Uma revisão bibliográfica sobre esta temática deve contemplar no mínimo dois eixos. O primeiro deles são as políticas públicas educacionais, para contemplar as ações institucionais. No artigo de Alexandre (2015), não é estudada a UFRGS mas sim a UNILA, porém o escopo do artigo é a diversidade induzida por meio de políticas de ação afirmativa. O artigo de Amaral (2013) aborda o papel de coletivos estudantis com relação à diversidade de tipo sexual. Por fim, Canen (2001) detecta a diversidade do alunado por meio da teoria dos universos culturais e propõe uma formação para professores universitários, nos moldes de uma pesquisa-ação.

O segundo eixo se relaciona com a variedade de perfis dentro da instituição. Beltrão e Cunha (2011) lidam com o resultado das políticas afirmativas para indígenas na Universidade Federal do Pará. A tese de Gonçalves (2012) se refere a ferramentas de gestão de crises originadas pela efervescência natural do ambiente universitário. Por fim, Dos Santos e Moreira (2019) analisam a percepção de quatro alunas negras sobre a política das ações afirmativas no sentido de criar a diversidade de alunos.

Quanto ao referencial teórico, estamos utilizando o conceito de representações sociais morais. Essa noção descende da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, que da sua parte é oriundo das formulações durkheimianas sobre as representações coletivas e individuais. A ideia geral dessas teorias é a de que o indivíduo possui representações que são formuladas socialmente, na interação do cotidiano, e que estas vão servir para produzir classificações. É dentro desse quadro que são propostas as representações de tipo moral:

[...]propomos o conceito de representações sociais morais, isto é, representações sócias que se diferenciam das demais representações por exprimirem um juízo de valor, por estabelecer um parâmetro normativo que privilegia certos valores que podem ser transformados em regras morais. As representações dessa natureza serão aqui tomadas como indicador da existência do fenômeno moral. [...] buscar-se-á identificar as principais representações sociais enunciadas oficialmente pela UFRGS, por meio de seus documentos, que exprimem seu modo de funcionamento, a normatização dos cursos de graduação e os valores por ela defendidos, procurando destacar as representações propriamente morais (LOPES, 2019, p. 78)

Ou seja, o material vai expressar a questão moral na medida em que vai evidenciar um juízo de valor. Esse tipo de juízo não é apenas analítico (como um juízo de fato), porém também expressa como as coisas deveriam ser. Assim, o material escrito busca intervir na realidade percebida e promover uma convergência entre aquilo que é e aquilo que deveria ser. A primeira dessas representações será a escolar.

Concepção escolar

No início, a universidade é uma corporação de ofício medieval, síntese de uma série de práticas culturais. Assim sendo, as primeiras gerações de universitários não possuíam um referencial concreto de instituição a quem seguir:

Produto de uma síntese de tradições – em termos de métodos didáticos e junção de conhecimentos – que percorre, espacialmente e territorialmente. As academias e liceus da Antiguidade Ocidental; as instituições de ensino árabo-orientais, bizantinos e monástico-episcopais; as escolas especializadas na formação de juristas e médicos, as universidades começam a aparecer no ocidente por volta da segunda metade do século XII [...] Visando aprofundar e expandir a esfera do saber, eles procuraram criar uma instituição que fosse mais próxima possível de um fórum de livre desenvolvimento da arte de pensar [...] A universidade nasce com o propósito de se inspirar nas ciências da Antiguidade e conjugá-lo com o mundo cristão; ela aspira, assim, a absorver novos saberes (BRANDALISE, 2004, p. 32 e 33)

No que se refere ao início da universidade no Ocidente, não há um consenso sobre como se deu esse processo; todavia, para efeito daquilo que nos interessa, uma das características mais importantes que aparece na literatura é o fato de se tratar de uma organização de orientação escolástica, tendo se estabelecido no Século XI, na região do mediterrâneo. A especulação intelectual era seu foco primordial, justificando que a universidade valorizasse a busca do “conhecimento pelo conhecimento”, tomado como uma forma de contato com Deus, mantendo a universidade relativamente isolada do restante da vida social. Conclamava, assim, um comprometimento integral por parte de seus membros com a Igreja - seguindo uma dinâmica monástica. Com o fim da hegemonia do medievo, no entanto, a orientação humanista tornou-se mais evidente, implicando declínio da escolástica em fins do século XIV (BRANDALISE, 2004). O humanismo, ainda que introduzisse uma preocupação mais voltada ao “aperfeiçoamento” humano, ainda mantinha a Universidade relativamente isolada das intervenções políticas e transformações sociais que ocorriam dentro da Europa (MARTINS, 2012):

A fundação das universidades foi uma das marcas da decadência do feudalismo e do desenvolvimento urbano na Europa Medieval. Elas se beneficiavam de garantias que as isentavam do controle de autoridades locais e propiciavam liberdade acadêmica. Eram compostas de faculdades especializadas: teologia, direito, medicina e artes. Esta última se ocupava de todas as outras ciências. Em primeiro lugar, eram ensinadas as artes do *trivium*: gramática, lógica e retórica, disciplinas que abordavam sobretudo habilidades da escrita e da fala. Essas eram seguidas pelas quatro artes matemáticas do *quadrivium*: aritmética, geometria, música e astronomia. As formações do *quadrivium* eram consideradas muito mais complexas e difíceis do que as do *trivium* (MOL, 2013, p. 77)

Ou seja, a passagem da Idade Média para a Idade Moderna incidiu diretamente na orientação epistemológica das universidades. Charles Taylor afirma que as concepções da Idade Média derrocam e as concepções de mundo modernas colocam-se no seu lugar, de modo a estruturar o pensamento social vindouro com uma maior fuga da atividade especulativa extra-mundana (TAYLOR, 2011, p. 24). Nesse momento, a orientação humanista é a que se torna mais evidente, marcando-se o declínio da escolástica:

Em fins do século XIV o declínio da lógica medieval anuncia-se. Mesmo as contribuições e os esforços de renovação trazidos por Duns Scot e D'Ockham são criticados. Seus seguidores são acusados de se haver encerrado no estudo da lógica, com elocubrações sem fim sobre o significado das palavras, em um verbalismo estéril, em divisões e subdivisões fictícias. A extrema tecnicidade de antes se torna subutilidade excessiva. Por fim, os humanistas rejeitarão em definitivo uma considerada esclerosada. (BRANDALISE, 2004, p. 36)

Fica claro que esta primeira universidade, ainda não institucionalizada e medieval, possui esse valor escolástico, que foi acompanhando membros das gerações posteriores. Porém, os descendentes não conseguiram refrear os impulsos modernizantes, mas nunca deixaram de existir.

Em síntese, pode-se definir essa concepção escolar como um entendimento sobre a Universidade como uma instituição que busca o conhecimento por ele mesmo, como um valor que basta para justificar sua existência. Nesse sentido, justifica-se um distanciamento em relação ao que se passa na sociedade, incentivando-se o cultivo do saber como forma de aperfeiçoamento humano, que segue uma lógica e uma temporalidade próprias. Em uma linguagem metafórica, trata-se de uma concepção “autocentrada”, na qual seu centro de produção valorativo tem a si mesmo como critério de validade e de produção de parâmetros e expectativas. Mas essa é apenas a primeira concepção, a modernidade ajudou a consolidar outra.

Concepção Republicana

Partindo de nosso frame analítico, é possível afirmar que a universidade moderna é a primeira a instituição educacional, pois ela não depende mais da atividade religiosa para seguir se reproduzindo. Isso se reflete na ideia de autonomia:

A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão (...) A partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa idéia, seja para opor-se a ela, no correr do século XX a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como uma idéia reguladora. (CHAUI, 2003, p. 6)

Nesse momento de transição para a modernidade, recupera-se e reconfigura-se a distinção (formulada na Grécia Clássica) entre esfera pública e esfera privada. Em termos bastante genéricos, isso implica o deslocamento do poder legítimo para o *demos* (povo ou nação), entendido enquanto aquilo que é público e que, por sua vez, é composto por cidadãos, os quais possuem uma vida privada (HÉRVIEU-LEGER, 1999; WOLFF, 1996; ARENDT, 2010; HABERMAS, 1984). A esfera pública passa a ser entendida como o espaço de circulação das ideias, quando os sujeitos renunciam a seus interesses e pontos de vista privados e os expõem diante de outros cidadãos. Há alguns marcos históricos nesses acontecimentos:

Durante muitas décadas, esta forma de reconhecimento da realidade vigorou nas Universidades, ultrapassando barreiras políticas e econômicas em diversos países. A mesma foi legitimada após a Revolução Francesa onde Napoleão Bonaparte estrutura uma reformulação da sociedade englobando reconfigurações nas Universidades daquela época. Uma das principais mudanças foi a associação das profissões com o processo educacional, construindo posteriormente as Universidades Vocacionais que agregaram metodologias e regimes lineares de formação, sendo a profissionalização o produto final da educação nestas instituições (MACEDO; VERAS; SÁ, 2012, p. 6)

Essa esfera pública foi inicialmente viabilizada pela burguesia letrada nas universidades: “médicos, pastores, oficiais, professores, os ‘homens cultos’, cuja escala vai do mestre-escola e escrivão até o ‘povo’”, porque essas atividades, que exigem diplomas formais universitários, proporcionaram um possível ambiente

de deliberação sobre assuntos públicos (HABERMAS, 1984). Assim, nessa perspectiva, a universidade é concebida como um ambiente de transição que permite que um indivíduo privado consiga exercer o seu pensamento de maneira pública e autônoma, tornando-a capaz de, ao mesmo tempo, perceber as suas necessidades e as necessidades dos outros. Converte-se, portanto, em um porta-voz dos anseios coletivos, isto é, da opinião pública (HABERMAS, 1984).

No século XIX, começou a se disseminar pelas diferentes universidades o modelo concebido pelo ministro prussiano Wilhelm von Humboldt (1767-1835), no qual a universidade permanece autônoma em relação às demandas do estado, tornando-se mais voltada para a pesquisa acadêmica e orientada por princípios imanentes à sua própria lógica (MARTINS, 2012). O advento histórico dos nacionalismos no século XIX inaugurou a tendência da competição dos estados-nações por mercados. Nesta época começam a se proliferar na Europa e nos Estados Unidos da América os sistemas educacionais de massa, junto à exigência de compulsoriedade na educação (MARTINS, 2012). Nesse contexto, a universidade se mostrou fundamental na formação de quadros de elites culturais, econômicas e políticas (MARTINS, 2012).

Um último marco histórico a ser destacado é que na França, durante a Terceira República, há um processo de reforma que incide fortemente sobre a história da Universidade, que diz respeito ao movimento de transformação da instituição como organização a serviço da consolidação dos valores republicanos. Tendo a figura de Charles Renouvier como uma de suas referências centrais, difundiu-se o princípio de que o conhecimento científico, enquanto aplicação de princípios racionais ao conhecimento do mundo, exerce também um impacto moral na sociedade. A ciência e o conhecimento intelectual são, portanto, concebidos como expressão máxima da racionalidade, de modo que fortalecer a ciência implicaria também conduzir a sociedade na direção de um progresso moral, condizente com os princípios republicanos de valorização de uma moralidade laica. Portanto, o conhecimento produzido na Universidade tinha, em si mesmo um valor moral para a sociedade. Esse movimento é central na construção daquilo que chamaremos de “valor republicano”, ou de “moralidade centrífuga”, para indicar uma concepção na qual a excelência na produção do conhecimento é tomada como um bem em si mesmo, na medida em que o rigor na formação do saber e na realização das pesquisas corresponde ao principal papel da universidade, engendrando processos de racionalização que incidem positivamente sobre a sociedade, sobrepondo-se a interesses individuais ou de setores ou grupos específicos. Ainda que essa concepção suponha uma percepção homogênea e idealizada daquilo que seria “a” sociedade, veremos adiante que muito desse imaginário ainda se faz presente, e encontra no valor da “excelência” uma de suas expressões contemporâneas.

Em síntese, esse pensamento republicano atribui uma finalidade prática à universidade, em um movimento centrífugo, isto é, que parte da lógica interna à universidade e segue na direção da sociedade, com intenção de exercer impacto positivo em termos de maior racionalidade e justiça social. Nessa representação valorativa, o conhecimento produzido por ela não se basta por si mesmo, deve ter como finalidade o incremento da democracia, a melhora nas condições de vida da população e a formação de cidadania. Nesse contexto, ideais como os de “excelência” adquirem valor moral, pois supõe-se que o conhecimento – científico, filosófico e artístico - gera a justiça social, e não o contrário. A seguir vamos observar como isso é contradito direto por meio do enfoque na democracia.

Concepção Democrática

Na segunda metade do século XX houve muitas mudanças culturais com as novas tendências

da globalização e do capitalismo. No ano de 1998 realizou-se a primeira Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, em Paris, contando com a participação dos membros da UNESCO. Esse processo gerou documentos com a função de ditar as tendências da atual educação superior, e focou em termos como inovação e criatividade para enfrentar a incerteza dos novos tempos – estabelecendo, assim, uma relação direta entre educação e desenvolvimento social. A questão não é mais um modelo universal de universidade, mas uma resposta a uma conjuntura que a quer incluir em processos sociais (ROSSATO, 2011). Esse momento corresponde ao que chamaremos aqui de “concepção social” ou “concepção democrática”, na qual a Universidade é pensada como instituição central para o processo de resolução de problemas sociais específicos, devendo, assim, instituir uma dinâmica mais fortemente atrelada a políticas públicas e a demandas oriundas da sociedade civil. Há, paralelamente, uma discussão sobre a democratização dos processos de ingresso e de gestão da universidade. Em outros termos, instaura-se um movimento de moralidade centrípeta, isto é, na qual valores e demandas formulados pela sociedade civil e/ou pelo Estado passam a incidir sobre a dinâmica universitária. Essa nova concepção sobre o papel da universidade é expressa em valores como “diversidade”, “inclusão” e “finalidade social”. Esses são seus princípios guias:

- Serem capazes e desejarem contribuir à inovação demonstrando criatividade;
- Serem capazes de enfrentar a incerteza;
- estarem animados do desejo e dotados de meios para que possam aprender longo de toda a vida;
- Adquirirem uma sensibilidade social e aptidões para a comunicação;
- serem capazes de levar os seus corpos discentes e docentes a trabalhar em equipe;
- estarem prontos para assumir responsabilidades;
- terem espírito empreendedor;
- a internacionalização do mercado de trabalho, familiarizando-se com as diversas culturas;
- terem espírito empreendedor;
- a internacionalização do mercado de trabalho, familiarizando-se com as diversas culturas;
- possuírem um leque de competências genéricas atingindo diversas disciplinas e domínios de competências profissionais que formem a base de diversas competências profissionais, especialmente nas novas tecnologias;
- a necessidade de conhecimentos especializados (ROSSATO, 2011, p. 331)

Esta visão caracteriza-se pelo primado da função social, a “sensibilidade social”, estruturada segundo uma lógica centrípeta, isto é, colocando a Universidade como instituição suscetível às demandas formuladas pelo Estado e pela Sociedade Civil. Termos como empreendedorismo e internacionalização aparecem como alcançáveis por meio da função social, que para ser viabilizada exige criatividade e trabalho coletivo. Ou seja, mantém-se a ideia de que a Universidade é vinculada com princípios da justiça social e cidadania, mas espera-se que a definição dos parâmetros do conhecimento a ser produzido sejam mais suscetíveis a demandas concretas e imediatas, para justificá-la como instituição socialmente relevante. Essa representação comporta aspectos como a busca da inclusão e da diversidade, a mais universal possível, bem como incentiva processos de democratização da gestão. Nesse sentido, noções de justiça social formuladas no âmbito da sociedade civil contribuem para direcionar e dar sentido ao conhecimento, e não o contrário. Por fim, há uma visão utilitarista, que será apreciada a partir de agora.

Concepção Utilitária

A Conferência Mundial sobre o Ensino Superior teve uma resposta em um outro conjunto de debates e propostas, o Acordo de Bologna, redigido em 1999. Na análise de Neves e Kopke, esse acordo é marcado pelas seguintes características:

a) o fato de que tenha sido uma decisão eminentemente política e tomada de cima para baixo, que passou a ser vista como inevitável e irreversível por todos os atores dos diferentes sistemas nacionais europeus; b) a percepção da necessidade de aprofundar a integração dos sistemas nacionais como forma de aumentar as chances do bloco. A percepção de que a Europa, no seu conjunto, começara a perder a posição de prestígio e liderança acadêmica e cultural no mundo e que era necessário recobrar a atratividade do seu sistema de educação superior num cenário globalizado de competição de talentos; c) a necessidade de ajustar as estruturas universitárias a um cenário de afirmação da sociedade do conhecimento em escala global e de competitividade econômica, baseada na permanente incorporação de conhecimentos ao processo produtivo; d) o rompimento de uma longa tradição de modelos europeus, questionados quanto à eficiência e qualidade no novo cenário de exigências advindo com a globalização e o acirramento da competição entre os países desenvolvidos; o diagnóstico negativo no tocante à evasão, a demora na conclusão dos cursos, os altos custos e o conservadorismo das estruturas das instituições de Educação Superior/IES; e) o diagnóstico de que era necessário apressar a qualificação e a entrada de jovens no mercado de trabalho para aumentar a produtividade e fazer frente ao progressivo envelhecimento da população (NEVES; KOPPE, 2009, p. 18)

Fica demarcada uma lógica mais utilitária, na qual a Universidade é concebida como um mecanismo de qualificação profissional para atender às demandas do mercado. Portanto, o sentido de sua atuação é atrelado a uma visão de mundo na qual o mercado coloca-se como centro regulador da vida social, e o direito à Universidade é entendido como direito de acesso a melhores posições no mercado. Conquanto seu caráter polêmico do ponto de vista do debate especializado e de sua longa tradição intelectual, esse modelo vem sendo aplicado de forma generalizada em vários países; conquanto tal processo tenha sido mais lento no Brasil, a profusão de Instituições Privadas de Ensino Superior cumpriu parcialmente com essas diretrizes e, mais recentemente, as políticas governamentais tendem a conduzir as Instituições Federais de Ensino Superior nessa mesma direção. Conforme veremos, ainda que essa representação sobre o papel da Universidade não apareça nas representações apreendidas a partir da documentação oficial, já há uma forte circulação desse tipo de representação na qual a Universidade é entendida como estando plenamente a serviço das demandas do mercado, seja produzindo tecnologia a ser incorporada por empresas, seja formando mão-de-obra qualificada para postos de trabalho.

Em síntese, esta forma de justificação sobre o papel da Universidade atribui a esta instituição a função de formar profissionais qualificados para a sua inserção individual no mercado de trabalho e de produzir conhecimento diretamente aplicado na produção de tecnologia e otimização de processos. A sua função social é vinculada a uma concepção utilitarista, segundo a qual as dinâmicas do mercado têm o potencial de incidir positivamente na vida coletiva. Do ponto de vista do engajamento individual, esse tipo de *dever ser* projeta na Universidade a expectativa de um caminho eficaz para a conquista do aluno de uma boa posição no mercado de trabalho, de modo que a garantia de acesso à Universidade é entendida como forma de criar maior equalização na formação profissional voltada ao mercado. Do mercado de trabalho é que se originariam as funções políticas e sociais.

As concepções de universidade na gestão da UFRGS

A análise não vai se focar na questão histórica, mas sim na questão documental. Por esse motivo, não realizamos uma revisão estritamente sobre a história da universidade: apesar da intrigante possibilidade de construir um parâmetro comparativo com a história da universidade como um todo, optamos pelo cotejo do material empírico com os paradigmas para daí extrair conclusões particularistas, conclusões essas que permitam estudos comparativos futuros com outras instituições.

Iniciaremos por investigar as representações institucionais que expressam os valores morais da instituição, com particular ênfase sobre aqueles que expressam concepções sobre a Universidade e seu papel. Tal procedimento se deu mediante a consulta de documentos que, por sua vez, foram sistematizados e analisados segundo técnicas da análise de conteúdo. Não se trata de reconstruir todos os elementos jurídicos, mas recortar aqueles que expressam o papel da universidade e os ideais que ela valoriza e espera de seus membros. Cumpre notar, no entanto, que esses documentos são esparsos:

[...] na condição de instituição pública, está sujeita, entre outros, ao princípio constitucional da legalidade. Assim, sua atuação é regida por legislação federal (leis, decretos, portarias ministeriais, etc.), por um Estatuto, um Regimento Geral e Regimentos Internos de seus diversos órgãos, além de um vasto número de Decisões e Resoluções exaradas por seus conselhos superiores (Conselho Universitário e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) [...] (ELLWANGER, 2015, p. 17).

Cabe ressaltar que utilizamos documentos primários, de elaboração pela própria instituição, com exceção da obra do professor Ellwanger, “Regulamentação do ensino de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul”, já citada no parágrafo anterior. Assim procedemos porque o referido pesquisador realizou uma leitura de uma grande série de documentos e não os referenciou a todos para não descumprir com o objetivo de sua obra, de ordinário voltada para a divulgação - porém transcreveu muitos textos e consultou volumosa legislação correlata. Assim, o livro serve como uma fonte primária justamente porque consegue articular uma série de normativas – muitas delas de outras origens, mas que são seguidas igualmente – em um corpo coeso, o que complementa a leitura da documentação direta. É o que o autor realiza, por exemplo, com relação à autodenominação da UFRGS, a qual não está apenas em seu estatuto e se encontra em outros documentos também ao menos no que a instituição deve ser como ente federal:

Conforme consta em seu Estatuto [...], a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com sede em Porto Alegre, é uma autarquia federal dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Compreendendo uma numerosa comunidade de professores, alunos e pessoal técnico-administrativo, ela tem por finalidade essencial a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico integrada ao ensino, à pesquisa e à extensão (ELLWANGER, 2015, p. 17, grifos nossos).

Deste excerto, é possível ressaltar a “produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico integrada ao ensino, à pesquisa e à extensão”. A finalidade essencial, portanto, é educar, produzir conhecimento e divulgar o conhecimento. A partir deste ponto é que partem outras funções, estas que não devem contrariar esse núcleo. É daí que deriva o conceito de excelência: do centro de justificação republicano. Postos esses valores, é justo pensar que a instituição deseja atrair para seu interior indivíduos que tenham algum tipo de afinidade com eles, para que seja possível a sua reprodução temporal – membros desengajados prejudicam essa continuidade e podem fazer com que a instituição desapareça com o tempo, porque práticas em desuso são potencialmente fatais para qualquer organização. Esses valores, que se traduzem em modos de agir, estruturam a moral que circula na comunidade em questão (DURKHEIM, 1983).

Assim, existem algumas ideias morais que situam o indivíduo no interior da instituição. Parte dessas ideias aparecem no decorrer do ritual de entrada, como mostra um documento de divulgação para calouros. Nele, a instituição Universidade, segundo a própria documentação da UFRGS, é apresentada nos seguintes termos:

A universidade, pela heterogeneidade de sua composição e de seu ambiente, pela qualidade das relações que são estabelecidas, suas inquietudes e descobertas, seus desafios e suas conquistas, é, sem sombra de dúvida, um 96 cenário de excelência para o desenvolvimento de um processo formativo que resulte um cidadão consciente da necessidade de uma vivência social democrática, amparada em valores de justiça e de responsabilidade social. Como *locus* da produção do conhecimento, a Universidade tem maior possibilidade para movimentar-se com velocidade na direção de um engajamento em outros setores da sociedade para o enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais (INSTITUCIONAL, 2003, p. 10, grifos nossos).

Pode-se perceber, neste excerto, que a universidade expressa uma multiplicidade de valores que indicam uma adesão tanto ao princípio que aqui chamamos de Republicano, calcado na ideia de excelência e de formação de cidadania e que supõe um movimento centrífugo – sugerindo uma ideia de protagonismo na transformação social – quanto uma primeira formulação, ainda que incipiente, de abertura às demandas sociais. É interessante notar, em particular, que há expressão de uma conexão direta entre a ideia de excelência e a formação de cidadania, cuja finalidade é a democracia e a justiça social. Observa-se, no trecho, que o valor máximo da universidade acaba sendo esse: o processo de formação do ser humano, entendido de forma genérica, que culmina nesse cidadão qualificado que também deve ser capaz de engajar-se em enfrentamentos contra o *status quo*. Essa seria a função primária da universidade, segundo os termos da documentação.

Na sequência do mesmo documento, a conexão com a sociedade é tornada mais explícita e simétrica. Mantém-se, ainda, a ideia de que é o conhecimento o instrumento crucial de transformação social:

Em se tratando de Universidade Pública, tem o dever de ampliar suas alianças com a sociedade com vistas ao combate da desigualdade social e, em função disso, ao fomento de mudanças possíveis na sociedade, usando o conhecimento como o mais eficiente e eficaz instrumento para a inclusão social (INSTITUCIONAL, 2003, p. 10).

Um pouco mais abaixo, percebe-se um aprofundamento dessa caracterização, que explicita o vínculo entre conhecimento, mudança e inclusão, e indica a postura crítica e o comprometimento da Universidade de incidir sobre a concepção de outras formas de vida. É interessante notar, com isso, que não se trata de responder diretamente às demandas formuladas diretamente pelo Estado ou pelo mercado, mas sim de um comprometimento com princípios ideais que embasam uma concepção de futuro, baseada em valores democráticos bastante específicos, como podemos apreciar nos termos a seguir:

Consolidar seu papel como expressão da sociedade democrática e pluricultural, inspirada nos ideais de liberdade, de respeito pela diferença e de solidariedade, constituindo-se em instância necessária de consciência crítica, na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas (INSTITUCIONAL, 2003, p. 13).

Dado que se trata de um documento dirigido diretamente aos novos ingressantes, o que está suposto nesta afirmação é que o aluno precisa, de certa maneira, encarar o seu conhecimento como atuante no mundo, convidando-o a um engajamento que transcenda seus interesses individuais. No momento subsequente, vemos formulado o princípio que admite também uma movimentação centrípeta,

isto é, de uma transformação que parte da sociedade e chega à instituição, o que indica a aceitação de uma lógica de interferência mútua. Nela as concepções que chamamos de “republicana” e “democrática” convivem simultaneamente:

É preciso que seja capaz também, de sofrer as mudanças que a sociedade lhe impõe e transformar-se junto com ela. A Universidade Pública deve buscar o seu engajamento com a plena consciência de sua força para assumir a liderança desse processo em busca de um mundo melhor (INSTITUCIONAL, 2003, p. 10).

Assim, a sintonia com a sociedade é um valor que a documentação entende como essencial para que se possa exercer o seu papel de liderança, correspondendo à sua função dentro do tecido social mais amplo. Um aluno da instituição tem de ser capaz de não se fechar em seus interesses – “ultrapassando possíveis sentimentos ou ambições individuais” (INSTITUCIONAL, 2003, p. 10) – e passível de ser afetado pelo seu entorno, para, assim, não exercer qualquer prerrogativa de autoridade não embasada no conhecimento (o que foi demonstrado como o desvio mais grave). Assim, a instituição parece estar atenta para “melhorar” a sociedade pela excelência do conhecimento produzido e, como veremos um pouco mais adiante, há uma ampliação desse entendimento, que passa a considerar essa dimensão social como algo que deve se dar também por um processo de inclusão mais direta.

Há um tópico apresentado pela própria documentação no que se refere à “Finalidade e compromissos éticos da UFRGS”, formulado nos seguintes termos: “A UFRGS tem como finalidade a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico integrados no ensino, na pesquisa e na extensão” (INSTITUCIONAL, 2003, p. 12). Há um aprofundamento desse princípio no seguinte trecho:

A crença no conhecimento como patrimônio social e na educação como um bem público é a base do compromisso permanente na Universidade junto à sociedade brasileira, que se expressa pela sua contribuição, à construção da identidade social e do projeto de Nação. Para isso, a UFRGS oferece educação superior de qualidade, visando à formação de profissionais cidadãos e à produção de conhecimento que possa assegurar um desenvolvimento endógeno, genuíno e sustentável (INSTITUCIONAL, 2003, p. 12).

O conhecimento é expresso como um patrimônio social, isto é, como algo que tem um valor para a sociedade, a despeito das demandas externas e que repercute na ideia de que a educação é um bem público; ambos contribuem para o projeto de Nação, que supõe uma forma de desenvolvimento endógena, genuína e sustentável. Há, portanto, uma propensão para a colaboração, o que se reflete na capacidade primária de se “acumular” conhecimento mediante o estudo individual.

Nota-se, todavia, que esse princípio mais geral é consolidado a partir de desafios de diferentes ordens, que resume os três pilares axiológicos, tal, como descrito nesse trecho: “A universidade, como instituição antecipatória e comprometida com o futuro, assume o tríplice e permanente desafio de Pertinência Social, da Excelência das Atividades e da Excelência sem Excludência” (INSTITUCIONAL, 2003, p. 12). Vemos, portanto, condensadas três concepções morais de vital importância, que procuram uma articulação que não é evidente, e exige a amplificação das várias frentes de atuação. Isso coloca à Universidade a complexa tarefa de tornar-se cada vez mais inclusiva sem, contudo, abrir mão de seu comprometimento com a excelência. No documento esses princípios são melhor detalhados:

O princípio da Pertinência é visível na formação educativa oferecida e na produção científica, artística e tecnológica desenvolvida em perfeita consonância ao que a sociedade espera, precisa, deseja e tem direito a receber de uma instituição pública (INSTITUCIONAL, 2003, p. 12).

A ideia de “pertinência” permite que se detecte as necessidades da sociedade, complementando, assim, a função do estado. Ou seja, se trata de uma capacidade de engendrar uma ação integrada. Nesse sentido, o princípio da Excelência exprime as representações aqui chamadas de republicanas, que vinculam a qualidade das ações da Universidade como uma virtude moral que a destaca dentre as demais instituições e, ao fazê-lo, implica contribuições diretas ao progresso social:

O princípio da Excelência das Atividades corresponde ao desafio permanente de buscar os melhores resultados no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão e à valorização da qualidade acadêmica, que colocam a UFRGS na fronteira do conhecimento e entre as grandes instituições internacionais (INSTITUCIONAL, 2003, p. 12, grifos nossos).

De acordo com o discurso oficial, a instituição considera que já atingiu tal padrão em tempos passados, mantendo-a relevante no presente e com a possibilidade de expandi-la no futuro: “A UFRGS, em sua atuação, revitaliza constantemente o paradoxo: ao ser contemporânea, está sempre inserida em seu tempo; buscando ser atual, deve pôr-se, permanentemente, à frente de seu tempo” (INSTITUCIONAL, 2003, p. 12).

Por fim, há o princípio da não-Excludência, que parte do aluno e se irradia para outras instâncias:

Esse desafio constante é conjugado no princípio da Excelência sem Excludência, em que a excelência atinge todas as áreas da Universidade, acadêmicas e de gestão administrativa, ao mesmo tempo em que suas atividades são oferecidas, sem restrições, a estudantes, à população em geral e aos diversos setores da sociedade (INSTITUCIONAL, 2003, p. 12).

Mesmo partindo da área da pesquisa, a busca da excelência não se restringe a ela. Assim, o aluno, mais do que buscar a excelência acadêmica, deve ser capaz de colaborar, de seguir regras (como as propostas pelos editais em que participa) e de buscar uma boa convivência para exercer a solidariedade.

Uma outra fonte de reflexão é a própria organização da UFRGS, que se articula em órgãos: Reitoria, Pró-reitorias, Pró-reitorias adjuntas, Coordenadorias, Secretarias, Unidades universitárias, Sistema de Bibliotecas, Cursos de graduação, Cursos de pós-graduação, Campus e Hospital universitário. Essa organização não é gratuita, ela segue uma lógica interna. É possível detalhar um pouco mais essas funções:

a. Órgãos de Administração Superior: - Reitoria [...] - Conselho Universitário (CONSUN) [...] - Conselho de ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) [...] - Conselho de Curadores (CONCUR): é o órgão fiscalizador da gestão econômico-financeira da Universidade, tendo sua composição, competências e funcionamento definidos e regulados no recém-referidos Estatuto e Regimento Geral. b. Unidades Universitárias e Institutos Especializados: têm sua organização interna descrita nas seções 2.4, 2.5 e 2.6. b. Hospital Universitário: é o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, constituído sob a forma de empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, sujeito à supervisão do Ministério da Educação e tendo seu Presidente escolhido e nomeado pelo Reitor da Universidade; c. Centro de Estudos interdisciplinares: destinam-se a reunir especialistas da Universidade e externos a ela, com o objetivo de desenvolver novos programas de ensino, de pesquisa ou de extensão, de caráter interdisciplinar; podem sediar atividades de ensino de pósgraduação, de pesquisa e de extensão, contando com docentes lotados em quaisquer Departamentos. d. Campi fora de sede: são Unidades regionais da Universidade, instaladas em municípios diversos de abrangência geográfica do ato de credenciamento da UFRGS em vigor, com a organização administrativa e acadêmica próprias e responsabilidade pela realização de atividades de ensino, de extensão, de pesquisa e de inovação (ELLWANGER, 2015, p. 27).

Observa-se que esses órgãos se articulam nos eixos Pertinência Social (Reitoria, Pró-Reitorias, Pró-reitorias adjuntas), da Excelência das Atividades (cursos de graduação, cursos de pós-graduação, coordenadorias, secretarias) e da Excelência sem Excludência (Hospital universitário, Unidades universitárias, Sistema de Bibliotecas). Evidentemente, alguns desses órgãos participam em mais de um eixo, o que se pretendeu foi demonstrar que todos eles possuem no mínimo algum tipo de valor da própria instituição, mesmo que ela não o afirme explicitamente.

Outro documento importante é o estatuto da própria UFRGS. Nele encontra-se uma parte de seus valores, expressos em alguns pontos do regimento geral da instituição. Por exemplo, no artigo 2:

Art. 2º – A UFRGS, como Universidade Pública, é expressão da sociedade democrática e pluricultural, inspirada nos ideais de liberdade, de respeito pela diferença, e de solidariedade, constituindo-se em instância necessária de consciência crítica, na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas [grifos nossos]. (UFRGS, 2014).

Ou seja, semelhantemente ao documento anterior, o valor mais profundo é o da crítica, mas no sentido de gerar ideias distintas acerca das “formas de vida” habituais. Isso significa que o conhecimento não é tomado como um fim em si mesmo, mas vinculado a princípios imbuídos de valor moral. O plano de desenvolvimento, institucional, por sua vez, também aponta para uma missão: “Desenvolver educação superior com excelência e compromisso social, formando indivíduos, gerando conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, capazes de promover transformações na sociedade” (UFRGS, 2016, p. 12). A formação é pensada não tanto no sentido de servir ao mercado ou fornecer habilidades que permitam uma ascensão social dos sujeitos, mas em garantir a transformação da própria sociedade, segundo uma lógica na qual os sujeitos são pensados a partir de uma noção de cidadania como partícipes ativos na esfera pública.

No artigo 6 do Estatuto são apresentados os princípios constitucionais, que se expressam em:

I – Liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; II – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; III – gratuidade do ensino; IV – Gestão democrática; V – Valorização dos profissionais do ensino; VI – Garantia de padrão de qualidade; VII – indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; VIII – respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais (UFRGS, 2014).

No plano de desenvolvimento, esses mesmos princípios são reiterados e alguns outros são inseridos. Para além das representações já presentes no documento de 2003, nestes mais recentes percebe-se a menção a novos princípios como a ideia de democratização na gestão, pluralidade e sustentabilidade, ainda que a ideia de excelência e compromisso social sejam mantidos. Já neste documento:

- Autonomia universitária
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- Ética
- Pluralidade e democracia
- Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais
- Liberdade acadêmica
- Excelência
- Diversidade
- Sustentabilidade
- Compromisso social
- Valorização de seus docentes, técnico-administrativos e discentes (UFRGS, 2016, p. 12).

Esse movimento indica uma transformação da Universidade que não implica no abandono de princípios constitutivos, mas sim de uma complexificação na qual as fronteiras e o sentido de sua atuação são pensados não apenas segundo uma lógica centrífuga, mas também por uma lógica centrípeta, mediante a qual as representações morais que circulam na sociedade civil passam a ser valorizadas como parte constitutiva da dinâmica universitária. Conquanto o caráter científico da formação e da pesquisa sejam mantidos, destaca-se a importância de um viés humanista, que previne a utilização meramente instrumental do saber produzido e transmitido:

Cabe à universidade promover uma formação pautada por uma visão humanística, capaz de contribuir para a consolidação da cidadania almejada. Todavia, a visão deve estar além daquele que integra as já clássicas disciplinas humanísticas, abrangendo também uma análise crítica das múltiplas culturas que compõem a vida em sociedade, bem como da cultura tecnológica que compõe o cenário do mundo contemporâneo. Não se trata, portanto, apenas de incluir disciplinas no currículo, ou mesmo de aumentar o número de disciplinas da área humanística; os programas de formação universitária da atualidade devem estar orientados para a compreensão das diversas lógicas subjacentes à vida social e cultural (ELLWANGER, 2015, p. 127, grifos nossos).

No artigo 5, observa-se que toda a estrutura da instituição se volta para a produção de conhecimento, que é considerado filosófico, científico, artístico e tecnológico – além de crítico. E a pluralidade aparece no referido texto (1) no exercício de profissões de diferentes campos de conhecimento e (2) na relação orgânica entre a Universidade e a Sociedade, mediante diferentes agentes:

Art. 5º – A UFRGS, comunidade de professores, alunos e pessoal técnicoadministrativo, tem por finalidade precípua a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integradas no ensino, na pesquisa e na extensão. [...] II – ministrar o ensino superior visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da profissão nos diferentes campos de trabalho, da investigação, do magistério e das atividades culturais, políticas e sociais; III – manter ampla e diversificada interação com a comunidade, traduzindo uma relação orgânica entre Universidade e sociedade, pela articulação entre as diversas Unidades da Universidade e as entidades públicas e privadas de âmbito regional, nacional e internacional; [...] VI – constituir-se em fator de integração da cultura nacional e da formação de cidadãos, estimulando o desenvolvimento de uma consciência ética na comunidade universitária; VII – cooperar com os poderes públicos, universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras, estrangeiras e internacionais; (UFRGS, 2014). Há também uma lista de valores institucionais, a saber: • Responsabilidade social • Transparência • Inclusão • Responsabilidade ambiental 103 • Promoção do bem-estar social • Inovação • Internacionalização • Interdisciplinaridade (UFRGS, 2016, p. 12).

Ainda existem alguns valores da instituição abordados estritamente com relação ao ensino de graduação, que podem ser apreciados separadamente. Cumpre notar que, para essa modalidade, existem mais algumas regulamentações – diretrizes curriculares nacionais, diretrizes curriculares genéricas da Resolução 32/98 e aquelas específicas de cada curso – que levam a dois níveis, segundo o documento que se segue:

Assim, a definição de diretrizes para os currículos de graduação pressupõe a delimitação de dois níveis intrinsecamente ligados. No primeiro, chamado de político-filosófico, são traçadas linhas gerais e amplas, pelas quais todos os cursos de graduação da Universidade devem se pautar para definir suas diretrizes curriculares. No seu conjunto [...] devem ser capazes de caracterizar um projeto de universidade pública atenta a uma sociedade contemporânea que passa por intensas transformações, decorrentes da necessidade de compartilhar, adequar ou mesmo mudar valores de uma ordem mundial em transição para a chamada era do saber, da informação e da automação

[...] O segundo nível, no qual se trabalha com as especificidades científicas, culturais e profissionais de cada curso de graduação, é o formativo-científico, visto como garantia de um conjunto de conteúdos, habilidades e atitudes formativas, capaz de contribuir para a qualificação e capacitação do aluno nas diferentes áreas e campos do conhecimento (ELLWANGER, 2015, p. 127).

Essa dimensão político-filosófica é, portanto, voltada para as transformações sociais, para a sua compreensão e posterior mudança. Ou seja, essa é a dimensão do contato direto com a sociedade. Já o segundo nível descrito é o formativo-científico, que é relacionado à parte técnica de cada curso de graduação e que é, portanto, variável a cada um deles. Esse nível fica evidenciado em outro trecho da legislação: “§3º – O fazer universitário inclui todas as atividades de ensino, pesquisa ou extensão ligadas à UFRGS, de caráter oficial, inclusive as realizadas fora de suas dependências” (UFRGS, 2004). Observa-se na legislação uma equivalência entre o nível formativo-científico e o fazer universitário, porém nesse documento essa distinção fica bem traçada. De qualquer maneira, a interação desses elementos desemboca em uma configuração de universidade:

Como instituição pública, cabe à Universidade voltar-se cada vez mais para o desenvolvimento de uma cidadania com significação renovada pela lógica de uma sociedade plural e solidária, capaz de levar a uma participação/integração de todos nos vários níveis cívicos. (ELLWANGER, 2015, p. 127).

A cidadania com significação renovada é útil para uma sociedade plural e solidária. Assim, será possível generalizar a condição que o aluno encontra para todo o tecido social, mas com movimento iniciado pela ação da universidade:

Reconhecendo a cota de responsabilidade de cada um com o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e as das gerações futuras, cada indivíduo deve se comprometer – em sua vida diária, em sua família, no seu trabalho, na sua comunidade, no seu país e na sua região, a: Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminação ou preconceito; Praticar a não violência ativa, rejeitando a violência sob todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular contra os grupos mais desprovidos e vulneráveis como as crianças e os adolescentes; Compartilhar o seu tempo e seus recursos materiais em um espírito de generosidade visando o fim da exclusão, da injustiça e da opressão política e econômica; Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, dando sempre preferência ao diálogo e a escuta no lugar do fanatismo, da difamação e da rejeição do outro; Promover um comportamento de consumo que seja responsável e práticas de desenvolvimento que respeitem todas as formas de vida e preservem o equilíbrio da natureza no planeta; Contribuir para o desenvolvimento da sua comunidade, com a ampla participação da mulher e o respeito pelos princípios democráticos, de modo a construir novas formas de solidariedade. (UFRGS, 2001).

Ou seja, a documentação expressa uma visão sobre a UFRGS em si mesma como uma continuidade histórica aglutinada em torno de uma concepção de conhecimento, e que ambiciona a pluralidade pelo mecanismo da crítica. Assim sendo, as estruturas da instituição deveriam agir segundo esses princípios e esses fins – e espera-se que os alunos os sigam também para que seu *input* seja incorporado adequadamente (como um cidadão consciente) e que isso se reflita em uma atuação social.

A documentação dá a entender, portanto, que a UFRGS apresenta certa “ortodoxia” na questão da busca do conhecimento (produção de conhecimento), dando uma continuidade histórica à instituição a partir da sua reflexividade técnica, baseada na criticidade. Disso resultam as representações sobre o pluralismo, a democracia e tudo isso desemboca no papel de liderança. Assim, é gerado um conhecimento que deve servir à justiça social.

Uma outra dimensão que merece ser apreciada mais de perto é o processo de aprofundamento na direção de representações democráticas, que ampliam a ideia acerca da democratização do acesso, não baseado apenas no princípio da democracia tomada em seu sentido tradicional. Isto é, com os debates que levam à implementação das políticas de ação afirmativa, passa-se a complexificar o entendimento sobre o significado da função social da Universidade. Em primeiro lugar, ela é convocada a fazer parte de um movimento de reparação de injustiças históricas, que dificultaram o acesso a parte importante da população ao Ensino Superior (sobretudo aquele considerado de excelência). Em segundo lugar, passa a circular a ideia de que a excelência não pode ser dissociada da ideia de diversidade, isto é, a inclusão de sujeitos oriundos de diferentes classes sociais e trajetórias étnicas é entendida não apenas como uma reparação social, mas algo que contribui para a produção de um conhecimento mais abrangente. A brecha para esses valores está atrelada a um foco cada vez maior no pluralismo, e implica um direcionamento da gestão universitária para dar assistência a um público em situação de vulnerabilidade social, que demanda suporte financeiro específico, e que é operacionalizado por órgãos específicos como a PRAE e a CAF, que veremos adiante:

O ano de 2005 foi determinante para a mobilização em favor da implantação de cotas raciais na Universidade. Foram realizados amplos debates, promovidos por estudantes, técnicos e professores, em parceria com os movimentos sociais, principalmente os movimentos negros e indígenas. Em 2006, em diálogo com esses movimentos a Universidade iniciou oficialmente o debate sobre a implementação de uma política de ações afirmativas. O resultado deste debate foi a constituição da Comissão Especial formada por membros do Conselho Universitário (CONSUN) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), cujo objetivo era formular uma proposta de política de ações afirmativas a serem adotadas pela UFRGS. O ano de 2007 foi um marco na luta contra a histórica exclusão de estudantes negros, indígenas e oriundos de escolas públicas: a proposta do ingresso por reserva de vagas foi aprovada pelo Conselho Universitário com vigor a partir do processo seletivo de 2008. O processo de democratização de acesso na UFRGS teve seu início em 2008/1 com a matrícula de 522 alunos por reserva de vagas, sendo 88 autodeclarados negros, 434 egressos do ensino público e 9 alunos indígenas (HISTÓRICO, s/d)

Neste trecho pode-se notar que há palavras como “mobilização”, “debates”, “movimentos sociais”, “histórica exclusão de estudantes negros” e “democratização” – que aliás, é o centro de justificação e de valores apontado por esse setor da universidade, o da democratização. A leitura da realidade brasileira indica que deve haver uma mudança do status quo através da ação de liderança e de vanguarda. O que há de diferente é que a universidade passa a conceber seu papel na promoção de justiça social, não apenas usando seu conhecimento para transformar a sociedade ao seu redor, mas também para promover alterações na própria instituição, tornando-se, ela própria, mais inclusiva e democrática: os documentos mostram que esses valores são incorporados pelo discurso oficial da instituição. Isso fica mais claro ainda quando se observa outros escritos:

A influência do fator econômico tem restringido a formação dos profissionais. A universidade pública não deve reduzir os seus currículos à lógica da produção (do mercado), mas ir mais além do que preparar para o mercado: a Universidade deve abrigar a pluralidade, fazendo predominar sobre a informação e a instrumentação a formação de uma cidadania na qual os indivíduos estejam sendo capacitados a lidar com o conhecimento de forma crítica e propositiva. Também cabe à universidade pública manter e desenvolver aquelas áreas de conhecimento que nem sempre o mercado valoriza ou estimula (ELLWANGER, 2015, p. 129, grifos nossos).

Ou seja, o mercado pode frear o desenvolvimento de certas áreas, ou mesmo desincentivar a cidadania ou a criticidade. Tal argumento pode ser interpretado como uma resistência às representações

utilitaristas expressas pelo Acordo de Bolonha e reitera uma representação moral acerca de uma finalidade da transmissão e produção do conhecimento, o qual transcende finalidades individuais ou as demandas do mercado. Observa-se, portanto, como a universidade busca ressaltar sua função democrática, transformando-se a si própria no processo. Isso se dá também a nível de conhecimento: trata-se de uma transformação na própria concepção de ciência e conhecimento, na direção já apontada anteriormente, que se torna cada vez mais plural:

Do ponto de vista epistemológico e pedagógico, a flexibilidade curricular pode incluir outras abordagens do conhecimento. Em paralelo à disciplinaridade, modo moderno de organização do conhecimento, pode-se pensar, por exemplo, em uma visão interdisciplinar e, indo um pouco mais além, pensar no conhecimento de modo relacional, no qual desaparecem as barreiras hierárquicas trazidas justamente pela maneira disciplinar de compreender a ciência. A visão cartesiana de conhecimento vai, assim, cedendo espaço no “currículo flexibilizado”, resultando em uma reestruturação da educação, do currículo, do conhecimento, da sala de aula, entre outras dimensões do trabalho pedagógico e universitário (ELLWANGER, 2015, p. 127).

A reflexividade sobre o conhecimento conduz a questionamentos sobre como os respectivos conteúdos são ensinados (na didática escolhida pela universidade) ou são organizados (no currículo). Assim, a documentação expressa o desejo de alcançar esse patamar de interdisciplinaridade. Como esse ideal democrático é colocado em prática? Uma das maneiras são as políticas de gestão universitária para alunos das ações afirmativas, como mostra o relatório da CAF de 2016:

A CAF realiza um conjunto de atividades, regulares e eventuais, com o objetivo de promover o acesso, bem como as condições de permanência dos estudantes. Essas atividades basicamente dizem respeito à:

- Acolhimento e proposição de demandas referentes à assistência estudantil;
- Acolhimento e proposição de demandas relativas ao acompanhamento pedagógico;
- Realização de ações de capacitação;
- Proposição de normatizações;
- Organização e/ou participação em eventos;
- Apoio à participação de estudantes em eventos;
- Realização de reuniões do Conselho Consultivo do Programa de Ações Afirmativas
- Implementação do GT de Acompanhamento dos indígenas;
- Participação na implementação do Comitê Contra a Intolerância e a Discriminação – UFRGS;
- Elaboração de relatórios anuais do acompanhamento da política de ações afirmativas (COORDENADORIA, 2016)

Esse trecho corrobora as representações sociais morais oficiais anteriores e como ele se choca com a expectativa de uma formação exclusiva de profissionais para o mercado. Até este momento, não foi observado em nenhuma representação social institucional o valor do utilitarismo, – embora estejamos acompanhando a tentativa de imposição desse corolário para as instituições públicas a partir das discussões mais recentes sobre o financiamento das universidades públicas. Trata-se, possivelmente, de um novo marco na história do sistema universitário brasileiro, cujas consequências sobre as representações morais no âmbito da UFRGS permanecem em aberto.

Considerações Finais

Este trabalho lidou, em um primeiro momento, com representações sociais morais de como a universidade deveria ser, a saber: a escolar, a republicana, a democrática e a utilitarista, além de suas respectivas origens históricas. Em um segundo momento, observamos a documentação de uma universidade, no intuito de demonstrar empiricamente como essas categorias se articulam na sua gestão. A universidade eleita para tal investigação foi a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que possui uma grande tradição em pesquisa mesmo sem estar em uma região central.

A universidade é uma instituição que é complexa não apenas na variedade de ensinos que oferta, mas também nas concepções dos seus membros. Este estudo ajuda a mostrar como há essa disparidade dentro da universidade, o que torna sua gestão um desafio na medida em que seus planejadores e executores não são necessariamente especializados ou focados na área de gestão, pois muitas vezes são acadêmicos das mais diversas áreas. Assim, há todo um trabalho de convencimento e de titulações que estão por trás da dinâmica da administração, além de agentes externos a interferir.

Outra questão é a do utilitarismo, e o enfoque no mercado de trabalho. Como seria a aplicação desse paradigma na gestão de uma universidade pública? Possivelmente aquelas instituições que fazem propagandas focando no atrativo do mercado de trabalho sejam regidas por essas ideias, o que pode dar um painel de como seria a sua aplicação em instituições estatais. É preciso esperar por desdobramentos futuros e analisá-los criteriosamente.

Reconhecemos também que os modelos possuem suas limitações e suas virtudes, e que o futuro é incerto: não sabemos se há possibilidades de um desses modelos prevalecer novamente sobre o demais - embora o modelo utilitário pareça ser aquele que mais se aproxima de ser hegemônico - mas não sem enfrentar resistência das outras “cabeças”. A maior chance de ocorrer é o fenômeno que já vem se desenrolando: os modelos coexistirem simultaneamente nas instituições públicas e privadas. Assim, o analista precisa estar atento a essa grande fauna.

Encerramos o texto explicando melhor a questão da Hidra enquanto metáfora válida para simbolizar o fenômeno estudado. A universidade se propõe a ser a aba de reflexão da sociedade, porém dentro dela não há uma uniformidade, o que pode ser ilustrado pela profusão de cabeças - com a diferença de que as cabeças da Hidra original não se atacam entre si, porém precisam conviver. E, como se trata de ideias e não de indivíduos, não possível se livrar delas, pois as representações circulam e convencem mais membros. E assim a universidade se mantém una e ao mesmo tempo múltipla.

Referências

ALEXANDRE, S. de P. **A inclusão da diversidade no ensino superior: um estudo da Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila) na perspectiva das epistemologias contra-hegemônicas.** Dissertação (Mestrado em Educação), Uninove, São Paulo, 2015.

AMARAL, J. G. Lutas por reconhecimento, desrespeito e universidade: a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional. **Revista Teoria & Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 229-262, 2013.

ARENDT, H. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

- BELTRÃO, J. F.; CUNHA, M. J. S. Resposta à diversidade: políticas afirmativas para povos tradicionais, a experiência da Universidade Federal do Pará. **Espaço Ameríndio**, v. 5, n. 3, p. 10-23, 2011.
- BRANDALISE, C. Humanismo Latino. In: ORO, Ari Pedro (org). **Representações sociais e humanismo latino no brasil atual**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004.
- CANEN, A. Universos culturais e representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 77, p. 207-227, 2001.
- CHARLES, C.; VERGER, J. **História das universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 13, p. 5-15, 2003.
- COORDENADORIA de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas: RELATÓRIO ANUAL DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS. 2016. CAF. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/relatorio/relatorio-2016/view>. Acesso em: 05 de fev. de 2019.
- DOS SANTOS, J. P. L.; MOREIRA, N. R. Entre raça e gênero: significado das cotas raciais para universitárias negras. **Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, p. 77-100, 2019.
- DURKHEIM, É. **Lições de sociologia: a moral, o direito e o Estado**. São Paulo: EDUSP, 1983.
- ELLWANGER, R. J. **Regulamentação do ensino de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2015.
- GONÇALVES, I. F. de S. **Diversidade na Universidade: estilos de pensamento na resolução de problemas**. Dissertação (Mestrado em Psicopatologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento). Coimbra, FPCEUC, 2012.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HERVIEU-LÉGER, D. **O peregrino e o convertido**. Petrópolis: vozes, 1999.
- HISTÓRICO do programa. CAF. Sem Data. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/acoes-afirmativas/historico-do-programa-na-ufrgs>. Acesso em: 05 de fev. de 2019.
- INSTITUCIONAL, Divisão de Planejamento. **Balanco Social**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2003.
- LOPES, R. C. **Evasão e persistência de alunos de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um estudo moral das representações sociais**. Tese (Doutorado em Sociologia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.
- LUCENA, C. O pensamento educacional de Émile Durkheim. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 10, n. 40, p. 295-305, 2010.
- MACEDO, B. T. F. de; VERAS, R. M.; SÁ, B. V. **Bases históricas da universidade e suas influências na contemporaneidade: os bacharelados interdisciplinares**. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão. 2012.
- MARTINS, C. B. Sociologia e ensino superior: encontro ou desencontro? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 29, p. 100-127, jan. /abr. 2012.
- MOL, R. S. **Introdução à história da matemática**. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2013.
- NEVES, C. E. B.; KOPPE, L. R. Processo de Bolonha: a reforma do sistema de Educação Superior Europeu. **TOMO**, São Cristóvão, n. 15, p. 15-39, 2009.

ROSSATO, R. Universidade Brasileira: novos paradigmas institucionais emergentes. In: ISAIA, S. M. de A. **Qualidade da educação superior**: a Universidade como lugar de formação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/qualidadedaeducacaosuperior2.pdf>

TAYLOR, Charles. **As Fontes do Self**: a construção da identidade moderna. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

UFRGS. DECISÃO Nº 02/2001. **Decide sobre maneiras e limites do trote universitário**. CONSUN, Porto Alegre. 26 de janeiro de 2001.

_____. RESOLUÇÃO Nº 07/2004. **Dispõe sobre o CÓDIGO DISCIPLINAR DISCENTE**. CEPE. Porto Alegre, 10 de março de 2004.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: PDI 2016-2020: Construa o futuro da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

_____. **Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/engenharia/wp/wpcontent/uploads/2014/10/regimento-geral-da-ufrgs.pdf>. Acessado em: 09/06/2017.

WOLFF, F. Nascimento da Razão, origem da crise. In: NOVAES, A. **A crise da Razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.